



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº04/2017

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

#### ----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou as ausências do Vereador Carlos Fernando Frazão Correia por se encontrar de férias e informou que o Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto, chegaria um pouco mais tarde.-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período Antes da Ordem do Dia a Senhora Presidente da Câmara propôs um Voto de Pesar pelo falecimento de António Colaço, e Amílcar Marques, referindo a importância que tiveram para a comunidade riomaiorense, tendo ambos sido Deputados Municipais (Anexo 1 e Anexo 2).-----

----- Propôs ainda que fosse guardado um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- Colocados a votação, os Votos de Pesar foram aprovados por unanimidade dos presentes, seguindo-se de um minuto de silêncio em sua memória.-----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para aprovação. -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Seiscentos e oitenta e dois mil, setecentos e quarenta e um euros e trinta e nove cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e seis mil, duzentos e onze euros e noventa e três cêntimos. -----

----- (Entrou neste momento na sala de reuniões o Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto) -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO 2017. PERÍODO DE 01 A 31 DE JANEIRO -----

----- DESCENTRALIZAÇÃO – DECLARAÇÃO POLÍTICA DA DEPUTADA PAULA SANTOS (PCP)-----

----- LISTA DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL GENÉRICO E VINCULATIVO, EMITIDO EM DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 28 DE MARÇO DE 2014 – PERÍODO DE 01 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção congratulando-se por, finalmente o IC 2 ter aberto ao com trânsito nos dois sentidos, o que é um alívio para a freguesia de Asseiceira e para o concelho de Rio Maior, sendo que deve ser sempre entendida como uma solução provisória.-----

----- Referiu que ia apresentar uma proposta, conforme lhe fora solicitado na última reunião, de locais que na cidade não tenham ainda topónimos atribuídos, apresentando como hipóteses a rotunda do cemitério, uma rotunda antes dos Bombeiros e também as rotundas junto ao Intermarché e Joluso, mas as propostas não devem ser exclusoras de qualquer decisão. As propostas apresentadas têm em vista não só contemplar Álvaro Cunhal, mas tentando ser equitativos e justos esperam que a recomendação seja aceite na sua plenitude, quer em relação a Eugénio de Andrade, quer em relação a José Saramago.-----

----- Recordou que ontem fizera trinta anos que morreu Zeca Afonso e manifestou preocupação não tanto por em breve se comemorar em Rio Maior, os trinta anos da sua morte com um tributo, mas por considerarem a importância de algumas sugestões que vão dando. Informou que tiveram conhecimento que ninguém sabe onde estão as suas gravações originais, e têm sido reproduzidas cópias de cópias, o que significa que muito do património existente no concelho e voltava a colocar a questão como um projeto que a Câmara Municipal de Rio Maior podia e devia assumir, ou seja considerar não só o património oral imaterial, mas daqueles que todos conhecem e que têm maior património material pudesse ser preservado, pois é uma questão para

memória futura e faz parte da identidade de todos.-----

----- Por último referiu que também se comemora o aniversário da morte de Ruy Belo na próxima segunda-feira, dia vinte e sete de fevereiro, e considerou que também pode ser visto como um elemento identitário, mas mais do que isso, como um polo de desenvolvimento da sociedade riomaiorense, tentando que a cada dia possa atrair mais gente para o concelho de Rio Maior. Referiu que por vezes, por tanto falar alto cansa algumas pessoas, mas verão que quem não cansa é porque não se importa com as situações.-----

----- Finalizou referindo que ao meio-dia e quarenta e cinco na Assembleia da República, sendo apenas o início de uma caminhada, que está ligada a um projeto que fazia parte do compromisso eleitoral, quer do candidato a Presidente da Câmara, quer do grupo Parlamentar que se candidatou pelo distrito de Santarém que era “ que o Governo assumisse as suas responsabilidades relativamente àquilo que tem sido retirado aos trabalhadores e aos projetos que tinham assumido e não tinham cumprido, e entre esses compromissos está a residência estudantil da Escola Superior de Desporto e que foi retirada em dois mil e nove, de objetivo prioritário. Nessa perspetiva foi aprovado por todos os partidos, e a resolução proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP diz “considerar prioritário a construção de uma residência para estudantes” e isso abre outras portas que estavam fechadas, nomeadamente as candidaturas pelas entidades responsáveis, tais como o Instituto Politécnico, quer a Escola Superior de Desporto, esperando que este exemplo possa frutificar em outros aspetos da vida coletiva. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu-se em primeiro lugar ao lapso dos serviços relativamente ao facto de terem dado conhecimento à Câmara da informação relativa a Assunção de Compromissos do segundo semestre do ano de dois mil e catorze, e compreendia que possa acontecer, mas considera que estas situações podem trazer consequências que espera que não surjam e recordou não concordar com a Lei dos Compromissos, que ainda não foi revogada. Deixou uma nota positiva para os serviços que apresentaram o assunto logo que deram pelo lapso.-----

----- Seguidamente referiu que apesar de compreender a intenção de convidar o Engº Alcino Cordeiro para estar presente na Assembleia Municipal para esclarecer algumas questões relativas ao Nó de ligação a Vale de Óbidos, considerou que isso não correria da melhor forma, apesar do esclarecimento ter sido prestado corretamente, porque infelizmente, muitas vezes aproveitam-se estas situações para outro tipo de atuações que, no seu entender não beneficiam o concelho de Rio Maior. Saliu que é preciso

a boa vontade de todos os intervenientes no processo, considerando que, o que realmente interessava era o facto de a Câmara ter conseguido que o Governo compreendesse o compromisso assumido em relação à ligação da EN114 ao Nó da A15 e não se sentira bem com a forma como o Engº Alcino Cordeiro foi tratado quando lhe fizeram uma série de considerações que nada tinham a ver com o assunto que o trouxera à Assembleia Municipal, pelo que solicitou que, de futuro, a Senhora Presidente perceba que nem todos estão com os interesses de Rio Maior, pois têm outros interesses e outras agendas que por vezes tomam proporções que poderão prejudicar o concelho.-----

----- Relativamente á residência de estudantes da Escola Superior de Desporto, recordou que fizera parte das intenções iniciais, também sabia quando fora retirado e a razão de o ser e também sabia que nem a Escola Superior de Desporto abria se não tivesse havido a coragem de, a Câmara assumir um milhão de euros, pois essa a única forma que houve para se conseguir a citada escola. Disse ainda que as recomendações são fáceis, todas as fazem, todos consideram determinadas situações prioritárias, mas quando chega a altura as verbas escasseiam, como sempre tem acontecido, e as recomendações é o mais fácil de aprovar, meios financeiros para a sua concretização, é o mais difícil. Assim, solicitou que a Câmara continue a procurar soluções que sejam viáveis e que nesse encontrar de soluções que comprometa o Governo porque se for encontrada uma forma otimizada que viabilize esta situação não valerá a pena estar a lutar por situações para as quais se sabe que, infelizmente, não haverá meios financeiros para as concretizar nos próximos anos. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer informar que no passado dia vinte e dois de fevereiro decorreu uma mostra gastronómica na casa da democracia onde estiveram à disposição de todos os colaboradores e funcionário e Deputados da Assembleia República produtos regionais que puderam ser degustados. Opinou que Rio Maior esteve muito bem representado não só ao nível dos pratos confeccionados, mas nas entradas, sobremesas e os vinhos riomaiorenses premiados. Estiveram também a apoiar a iniciativa alguns empresários que quiseram acompanhar esta iniciativa, e deixou o agradecimento a todos aqueles que proporcionaram que Rio Maior tivesse sucesso na Assembleia da República e esse sucesso só foi possível graças à boa colaboração dos empresários riomaiorenses que prontamente disponibilizaram e colocaram à disposição as quantidades solicitadas pelo município de Rio Maior.-----

----- Informou que decorrera durante o período da manhã o Carnaval Escolar, o que foi decidido por consenso das direcções dos Agrupamentos Escolares e Associação de

Pais representada no Conselho Municipal da Educação. Referiu ainda que é apanágio desta casa que as Escolas têm liberdade para se inscrever ou não nos festejos de Carnaval, e à semelhança do que aconteceu o ano passado em que também não se escreveu o Centro Escolar nº 1, com o desagrado dos Encarregados de Educação, porque todos gostam de ver as crianças, sendo um momento de partilha entre a comunidade escolar e a comunidade riomaiorense.-----

----- Lembrou que no dia vinte e sete de fevereiro se comemora mais um aniversário do nascimento do poeta Ruy Belo que este ano vai ser assinalado por parte da Câmara com uma publicação que está em fase de conclusão. Todas as outras atividades e comemorações serão realizadas em parceria com a Junta de Freguesia de S. João da Ribeira e Ribeira de S. João, que vai envolver não só os Escuteiros, como também os alunos do Centro Escolar Poeta Ruy Belo que vão declamar alguns poemas e a comunidade em geral. Terminou a intervenção lendo o programa previsto para as citadas comemorações.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se congratular com a aprovação por unanimidade do Projeto de Resolução relativa à Residência de Estudantes da Escola Superior de Desporto, o que significa que todos fizeram o seu trabalho e todos colocaram os interesses do Conselho acima dos interesses partidários. Disse também que a Câmara Municipal de Rio Maior teve sempre um papel importante na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, em primeiro lugar pelas opções anteriores que foram tomadas e porque o atual Executivo as potenciou e também por terem concretizado os compromissos que havia, como os encargos financeiros de um milhão de euros e que viabilizou a construção da referida escola. Frisou que a Câmara Municipal sempre esteve do lado da solução, nomeadamente, quando no último aniversário da Escola, a cinco de dezembro, assinou em conjunto com o Instituto Politécnico uma carta de compromisso no sentido de encontrar uma solução conjunta para a Residência de Estudantes e que, na sua opinião não conflitua, mas antes, complementa aquilo que foi aprovado por unanimidade. Aditou que a Câmara está a trabalhar, em conjunto com o Instituto Politécnico, numa solução que poderá minimizar este problema e salientou que sempre estiveram, de uma forma prática e objetiva, do lado da solução e a trabalhar para resolver esta questão que é uma necessidade para os alunos que estudam na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, daí congratular-se pelo voto por unanimidade e também esperar que este voto se concretize na realização nobre e prática e que a Câmara por si, só, a trabalhar e encontrará uma solução.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção congratulando-se pelo facto do IC 2 já ter sido aberto ao trânsito, na esperança que se cumpra com o que fora transmitido ao Executivo, ou seja que haveria a monotorização do trânsito diariamente, na esperança que assim alivie o trânsito dentro da localidade de Asseiceira e que depois prossigam com aquilo que é necessário fazer, nomeadamente a pavimentação do troço que está bastante degradado.-----

----- Relativamente à Residência de Estudantes, referiu que o Projeto de Resolução datado de um de junho de dois mil e dezasseis, foi cancelado e depois surgiu novo Projeto de Resolução, por parte do PCP e que esteve em discussão na passada quarta-feira. Informou que fora consultada pelos Deputados dos vários Partidos Políticos para explicar todo o processo, dado que a proposta faz o enquadramento da Escola Superior de Desporto, no âmbito do Instituto Politécnico, e a necessidade da residência, o número de alunos, que no momento são cerca de novecentos. Também faz referência que a citada residência esteve inscrita em PIDDAC e que foi retirada. Aditou que a falta deste equipamento constitui um constrangimento e a Resolução votada por unanimidade vai no sentido de considerar prioritária a construção de uma Residência para Estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, salvaguardando que as verbas poderão ficar inscritas no Orçamento do próximo ano. Informou ainda que o seu compromisso com o Instituto Politécnico vai no sentido de que no próximo ano letivo já haja alguma resposta para dar aos alunos, sendo nesse sentido que estão a trabalhar empenhadamente. Referiu compreender o trabalho desenvolvido pelo PCP e pelo Vereador Augusto Figueiredo e de todos aqueles que se deslocaram à Assembleia da República para assistir à votação. O Executivo está a fazer o seu trabalho de forma célere, pois como sabem tem intenção de fazer pequenas residências na parte antiga da cidade, fazendo em simultâneo a reabilitação daquele espaço e dando uma resposta aos alunos da Escola Superior de Desporto. Informou que já reuniu com a Associação de Estudantes para lhes dar conhecimento da evolução do processo e manifestou admiração por estarem a organizar a deslocação à Assembleia da República e isso não lhe ter sido comunicado, mas congratulava-se que estivessem presentes.-----

----- Sobre a intervenção do Vereador Carlos Nazaré quanto à deslocação de um dos responsáveis da Infraestruturas de Portugal, concordando que se estava mais num momento de ouvir do que de falar, e pedira desculpa ao Engº Alcino Cordeiro pela forma como foi tratado e por de alguma forma terem tentado fazer algum aproveitamento da situação, mas este “é o tempo que se espera e que tem que ser vivido”, sabendo que não contarão consigo para fazer “espetáculo ou outros *shows*”.---

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra esclareceu quanto á Residência de Estudantes que nenhum dos presentes na Reunião estavam em desacordo quanto à importância deste equipamento para Rio Maior. Mas não se deve ajuizar que é tempo perdido e pensar que não haverá verbas disponíveis, conforme intervenção do Vereador Carlos Nazaré, ou seja pode estar-se em desacordo quanto á oportunidade, mas não quanto à importância e muito menos quanto ao papel que cada um pode fazer na tentativa de o conseguir. Aditou que a avaliação que fizeram fora de que havia condições e não têm nada contra o trabalho desenvolvido pela Câmara. Opinou que não deve ser considerado um trabalho inglório e equipará-lo a uma “Moção” no sentido da sua desvalorização, não deve ser feito porque também não o fazia em relação a nenhum partido político. Trata-se de um Projeto de Resolução Político, com o aval de todos os Grupos Parlamentares, como recomendação prioritária ao Governo e este sentirá o que significará a sua decisão de não repor aquilo que é um direito dos Riomaioreses, sendo essa a perspetiva do PCP.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que não desvaloriza o trabalho de ninguém, no entanto a sua experiência de vida lhe dizia que o mais fácil é sempre a aprovação das recomendações e salientou que a Câmara não deve deixar de fazer o trabalho que iniciou e ficar á espera que o Governo lhe resolva um problema porque houve uma recomendação, porque se assim não, for os prejudicados são os alunos, portanto a Câmara deve continuar a trabalhar porque esse trabalho é o importante para os alunos que têm dificuldades em encontrar alojamento e não têm hipóteses económicas para o fazer, e foi isso que quis salientar na intervenção feita, mas não deixava de reconhecer que “há agendas” e para uns é fácil exigir e para outros o problema é de quem tem que fazer, pois tem de arranjar as verbas necessárias e estas, infelizmente, não chegam para tudo. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Referiu que não fizera qualquer desvalorização do trabalho que foi feito, opinando que neste momento e perante o crescimento da Escola Superior torna-se urgente que haja uma resposta a curto prazo e essa resposta vem do projeto e da parceria que está a ser trabalhada conjuntamente com o Instituto Politécnico de Santarém para encontrar uma solução a curto prazo. Considerou que o projeto de crescimento que a Escola ainda ambiciona e com a Residência que se espera que venha a ser construída, não será necessário dar uma nova utilização à solução que está a ser trabalhada pela Câmara, pois funcionará como um complemento da citada Residência e virá potenciar o crescimento da Escola. Terminou a intervenção desejando que, cada vez mais, a Escola Superior de Desporto seja uma Escola importante a nível

concelhio, distrital e nacional.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- De novo no uso da palavra manifestou o seu desagrado relativamente a alguns procedimentos relativos às iniciativas do Carnaval, considerando que este ano apareceu pela primeira vez, uma tenda que custa cerca de mil trezentos e oitenta e três euros e setenta e cinco cêntimos, questionando se não poderia haver uma coordenação e uma agenda antecipada, com a colaboração de todos e para o mesmo “monte”, ou seja está tudo muito difícil para as Associações e, se não for devidamente esclarecido pode parecer que a Câmara é a concorrente com as próprias Associações, nomeadamente no baile do carnaval e questionou quem pagava os direitos de autor e a tenda, pois se na cidade a Câmara disponibiliza os meios, deveria fazer o mesmo nas terras mais pequenas e mais rurais, considerando que tudo poderia ser feito em concertação e conjuntamente com as Associações, tanto mais que a Câmara tem dado bons exemplos de partilha com o movimento associativo.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre este assunto referiu compreender a posição do Vereador Augusto Figueiredo, considerando a base ideológica que tem, a qual respeita, no entanto gostaria de questionar se não poderá a população de Rio Maior, os jovens viventes ter oportunidade de ter um baile de Carnaval e usufruírem de uma deslocação a pé até ao Jardim Municipal, sem que os pais tenham que se deslocar para os levar e, assim, e assim terem a oportunidade de ver o que os seus filhos fazem e os amigos com quem convivem habitualmente, acompanhando a diversão dos seus filhos. Mas tanto se é criticado por fazer como por não fazer. Disse também que não é o Executivo que escolhe a época do ano em que se festeja o Carnaval que por acaso acontece no Inverno e como nos últimos anos tem chovido, a tenda tinha por objetivo que, caso isso acontecesse durante o desfile escolar das crianças, as mesmas não terem que se deslocar para o Pavilhão Polidesportivo, situação com a qual ninguém concorda, pois o mesmo não tem as melhores condições. Assim, e com aquele espaço disponível e porque se deve promover o comércio local e as oportunidades comerciais da cidade e se por vezes, também a Câmara pede ajuda aos comerciantes, porque não também fazer o inverso e ser a autarquia a abrir-lhes uma janela de oportunidades. Referiu que a atividade que iria decorrer durante a noite era publicitada num outro cartaz, sendo da responsabilidade dos bares da cidade de Rio Maior.-----

----- Seguidamente leu um comunicado da Direção do Centro Escolar 2 onde justifica a não participação no desfile de Carnaval, mas salientou que a questão da segurança não se colocava porque o recinto estava devidamente fechado e ninguém poderia levar as crianças sem autorização dos respetivos responsáveis.-----

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017**

----- Sobre a proposta feita há cerca de quinze anos para atribuição dos antropónimos a Álvaro Cunhal, Eugénio de Andrade e José Saramago, referiu que, caso o Executivo assim o entenda, o assunto poderá ser considerado.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Usou da palavra para dizer que lhe custara ver a mensagem que que fora enviada aos pais das crianças do Centro Escolar nº 2, em que referiam que a decisão de não participarem no desfile de Carnaval se devia a vários fatores, nomeadamente, o horário do desfile, considerando que o mesmo fora acordado no Conselho Municipal de Educação. Disse que também lhe custava aceitar a questão da segurança das crianças.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA**-----

----- Voltou a usar da palavra para dizer que considera importante desejo de concertar as agendas de Carnaval das diversas entidades do município, quer em termos de horários, quer em termos de objetivos e também de complementaridade e lembrou que Alcobaça tem o seu Carnaval e a Benedita também e tudo é perfeitamente articulado e complementam-se. Opinou que numa altura em que estes eventos são importantes financeiramente para as Coletividades, e também percebia que a Câmara queira dar oportunidade aos munícipes da cidade que não se querem deslocar, de terem momentos de lazer, seria importante que no próximo ano as organizações dos principais carnavais do concelho, se unissem, o que permitiria dar uma outra dimensão a esta atividade e custava-lhe que o dinheiro público não fosse bem aproveitado.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou a palavra para dizer que estava pela primeira vez, neste Executivo, numa posição em que não sabia se devia dizer o que sentia, ou se o devia calar, ou seja a defesa da honra da sua mulher, que é a Coordenadora do Centro Escolar nº 2, pois está-se a trabalhar com pontos cirúrgicos e a decisão que o Centro Escolar tomou, foi uma decisão do grupo e o que foi dito pelas pessoas relativamente à não participação prende-se com o valor de mais de dez euros para cada fato, o facto de não terem pessoal com capacidade para ter crianças de três anos e a avaliação feita fora na perspetiva de, nestas condições, e porque os dois últimos anos não tinham corrido bem devido ao “S. Pedro” e também por causa do percurso, salientando que o que devia ser relevado era aprofundar o modelo que está a ser usado, dado que provavelmente tem que haver ajustamentos quanto ao local, quanto às idades e também quanto aos recursos. Aditou que um caso destes não devia ser presente á reunião, quanto muito deveria ser questionado o Centro Escolar sobre a razão de não ter participado.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para esclarecer que durante o desfile de Carnaval estivera com o Diretor do Agrupamento e referiu tratar-se de uma opção do Centro Escolar nº 2. Sobre a mensagem enviada referiu que a mesma é pública e salientou que o Agrupamento de Escolas participou. No entanto considerava estranho evocar as razões do horário, dado que era o mesmo para todos os alunos e quanto às questões de segurança chocava-a que os pais possam receber em casa uma mensagem com aquele teor e salientou que não fora colocado nenhum tipo de exigência às Escolas, por parte da Câmara, sobre o valor a despende com os fatos de carnaval.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que a questão não se colocava se quisessem estar do lado da solução e se cada criança apresentasse a máscara que entendesse, portanto tratou-se de uma questão de não quererem participar, com a desculpa do fator monetário e assim privaram as crianças de participarem no Carnaval Escolar de Rio Maior, o que é triste. Considerou também que, caso tivessem apresentado alguma questão à Câmara esta teria com certeza resolvido.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Iniciou a intervenção referindo-se à presença na Assembleia Municipal do Senhor Engº Alcino Cordeiro, da Infraestruturas de Portugal, a propósito do Nó de Vale de Óbidos, do IC2 e do Nó da Asseiceira, questionando qual a posição do Executivo sobre este assunto, pois tinha ideia que no programa eleitoral da Coligação constava a defesa da abertura do Nó de Vale de Óbidos e assim sendo, questionou se seria um assunto previsto para realizar e concretizar e como passado todo este tempo o mesmo não avançou, gostaria de saber se continua a ser um objetivo para concretizar. Considerou também que deve ser ponderado se ainda interessa a abertura daquele Nó, face aos custos. Questionou também se o objetivo da vinda a Rio Maior do Senhor Engº Alcino Cordeiro da Infraestruturas de Portugal, era o de negociar um ou os dois caminhos a seguir. -----

----- Relativamente ao falecimento do Senhor Feliciano Júnior e sobre o riquíssimo espólio e arquivo que terá deixado e ligando isso a uma notícia recente relacionada como o Zeca Afonso, sobre o desaparecimentos das fitas originais, e sendo estas situações recorrentes, lembrando a propósito o esforço feito pelo Governo português para adquirir o espólio do pensador e ensaísta Eduardo Lourenço, pois todos os aspetos relacionados com o património imaterial e com o espólio é muito importante, daí que gostaria de perguntar se já havia alguma iniciativa tomada pela Câmara Municipal no sentido de acautelar o espólio e o arquivo do Senhor António Feliciano Júnior, que deve ser imenso e de interesse público municipal.-----

----- Sobre o desfile de Carnaval referiu que ouvira algumas pessoas falarem sobre a escolha da ordem com que as escolas sobem ao palco, porque é sempre a mesma ordem e são sempre os mesmos a serem privilegiados, pelo que gostaria de saber qual o critério seguido.-----

----- Sobre a renovação do protocolo de cedência de instrumentos musicais agendado referiu a propósito que deve haver uma gestão integrada da política municipal das artes e dos espetáculos pois as Coletividades, as Associações e as Freguesias devem trabalhar conjuntamente e não trabalharem isoladamente, assim como não se pode afastar a Escola Básica das Marinhas do Sal que tem o ensino artístico articulado, devendo aproximar cada vez mais e com uma maior periodicidade os diversos intervenientes, maestros, músicos, técnicos e promover intercâmbios entre Freguesias, Cidades e Coletividades, tentando que os diferentes grupos trabalhem conjuntamente e fazendo assim a gestão integrada e aproximá-los em momentos específicos.-----

----- Sobre a iniciativa tomada pelo PCP na Assembleia da República, relativamente à Residência de Estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, considerou-a uma boa iniciativa e que teria sido interessante que todos estivessem estado presentes, dado tratar-se de uma matéria de interesse concelhio, e se tivessem recebido essa informação atempadamente, provavelmente teria havido possibilidade de, em grupo, fazerem a defesa dos interesses do município.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto referiu que durante a manhã tivera lugar a votação na Assembleia da República que é da competência dos Deputados. Referiu também que a Associação de Estudantes da Escola Superior de Desporto mobilizou algumas pessoas para se deslocarem à Assembleia da República, nomeadamente o Vereador Augusto Figueiredo, mas o trabalho era dos Deputados, e frisou que, enquanto Presidente da Câmara também tivera a sua intervenção e dedicação para que o processo ficasse concluído e em condições de ser votado por unanimidade, e considerou que não tem que ir para a “fotografia”, quando o seu trabalho e a sua presença na autarquia também é da maior importância. Aditou que apenas se tratara da votação da Recomendação ao Governo para a Construção da Residência de Estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior e o seu trabalho sobre essa matéria já fora feito.-----

----- Sobre o Nó de Vale de Óbidos corrigiu o Vereador Daniel Pinto e informou que fazia parte do seu manifesto eleitoral há doze anos, ou seja aquando da sua candidatura à Junta de Freguesia, e recordou o que dizia o referido manifesto, nomeadamente, “lutar junto da Administração Central para a conclusão e abertura ao

trânsito da ligação do IC 2 ao centro da cidade – Nó de Vale de Óbidos”.-----  
----- Referiu também que existe alguma informação no sentido de que estava previsto o Nó de Vale de Óbidos, mas sempre lhe foi dito que não, mensagem que sempre tem tentado passar, referindo que se esgotara a sua capacidade de poder explicar o que lhe tem sido transmitido, enquanto Presidente da Câmara, de que era uma falsa questão e que nunca esteve previsto. Disse também que fora numa reunião na Infraestruturas de Portugal em que esteve presente, acompanhada do Vice-Presidente e também com a presença do Eng<sup>o</sup> Alcino Cordeiro, onde sugerira que estivesse presente na Assembleia Municipal um representante daquela entidade para explicar a questão, e frisou que nunca dissera que iam abrir o Nó porque não tinha informação que o pudesse validar. Lamentou que se tivesse perdido mais tempo com as questões levantadas pelos Senhores Deputados do que propriamente a ouvir as explicações que o responsável mandatado pela entidade Infraestruturas de Portugal poderia ter para transmitir.-----

----- Ainda sobre esta matéria informou que uma das propostas que a Câmara apresentara posteriormente, e a propósito do encerramento do Nó do IC 2, foi para serem avaliados os custos para uma solução definitiva do IC2 e a possibilidade da abertura deste acesso.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre o Carnaval Escolar interveio para esclarecer que a ordem de atuação das Escolas foi feita por sorteio e estavam representadas todas as escolas do concelho. ---

----- Ressalvou que alguns consideram estranho que a Câmara faça o convite aos colégios, mas os alunos que os frequentam também são munícipes do concelho de Rio Maior e também eles têm direito a conhecer a terra onde vivem e partilhar dos seus hábitos, considerando ainda que, provavelmente irão continuar a estudar em Rio Maior.-----

----- Sobre o espólio do Senhor António Feliciano informou que já tivera oportunidade de falar com o seu filho e transmitira-lhe que a Câmara gostaria de ficar com o registo das suas coleções e documentos para memória futura. Também já estivera com uma outra pessoa que tem alguma documentação sua e que se disponibilizou a fazer uma parceria com a Câmara Municipal e tinha inclusive uma pasta preparada com alguma documentação que já foi digitalizada na Câmara Municipal. Terminou referindo que iam continuar a trabalhar, mas trata-se de processos morosos.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Interveio para dizer que considera as intervenções do Vereador Daniel Pinto como um apoio às políticas do atual Executivo e quando fala na ordem do desfile, já não diz que o Carnaval Escolar não foi feito, pois apenas discute o pormenor. Referiu

ainda esperar que estivessem a discutir o futuro de Rio Maior, com propostas para o futuro do concelho e para aumentar a qualidade de vida dos riomaiorenses, mas é sempre importante para se melhorar as atividades que se realizam, considerando haver um vazão de ideias e de propostas.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO**-----

-----Interveio para apresentar mais uma proposta, nomeadamente que a Câmara Municipal faça de imediato uma aquisição total ou parcial do espólio do Senhor António Feliciano Júnior porque o que ouvira da parte da Senhora Vereadora fora de que iriam registar, questionando qual a razão a Câmara está interessada em adquirir a moagem “Maria Celeste” e não está interessada em adquirir o espólio que é memória coletiva do município, para memória futura, afirmando que as ideias de futuro trabalham-se assim.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- De novo no uso da palavra referiu que o espólio é da propriedade privada de quem o herdou por direito e às entidades públicas, quando os pretendem adquirir, cabe-lhes fazer tudo o que estiver ao seu alcance, no entanto não é uma situação que esteja garantida a cem por cento dado ser propriedade privada.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Informou mais uma vez que já contactara o filho do Senhor António Feliciano e este referira que estava a organizar e a mudar para outro local o referido espólio e que também já digitalizaram documentação disponibilizada por outros munícipes.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- (Não foram presentes Despachos para ratificação) -----

----- **PONTO II - RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS À JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE S. JOÃO;** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a renovação de Protocolo com a União de Freguesias de S. João da Ribeira e Ribeira de S. João, relativo à cedência de instrumentos musicais, nos termos propostos na informação em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Opinou tratar-se de um bom exemplo de como a Câmara pode apoiar as Coletividades, particularmente aquelas que necessitam de comprar instrumentos, que

até pagam IVA de luxo. A proposta apresentada é um ótimo exemplo e indicou o sentido como favorável.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes --

----- **Ponto III - RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS À SOCIEDADE FILARMÓNICA E MUSICAL DE S. SEBASTIÃO.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a renovação de Protocolo com a Sociedade Filarmónica de Instrução, Recreio e Cultura. Musical de S. Sebastião, relativo à cedência de instrumentos musicais, nos termos propostos na informação em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV - TASQUINHAS 2017 – COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE RECEITA.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com a informação emitida: 1. Autorizar a existência de um Posto de Cobrança no Pavilhão Multiusos; 2. -Nomear como Coordenadoras do Posto de Cobrança das Tasquinhas 2017, as trabalhadoras, Ana Paula Henriques Carvalho e Susana Anjos, ambas na categoria de Assistente Técnica; 3. Designar como afetos à venda de bilhetes os trabalhadores Ana Maria Vitorino Tavares (Técnica Superior), Fernanda Maria Machado Agostinho (Assistente Técnica), Ana Maria Henriques da Piedade (Coordenadora Técnica) e Eurico da Silva Alonso (Técnico de Informática); 4. Que os trabalhadores designados nos pontos 2 e 3, auferam do correspondente suplemento remuneratório designado “*abono para falhas*”, nos termos da lei; 5. Que os bilhetes sejam emitidos através da aplicação informática da Ticketline, com numeração sequencial, sendo que o documento emitido pela referida aplicação é legalmente válido; 6. Que a receita seja guardada no Posto da Guarda Nacional Republicana, durante a noite a que diz respeito, acompanhada do mapa de controlo, em duplicado, ficando uma das coordenadoras com o original; 7. Que a entrega e levantamento do referido no ponto anterior é da responsabilidade das coordenadoras; 8. Que a receita dará entrada na Tesouraria da Câmara Municipal, no dia útil seguinte à respetiva cobrança, atendendo a que o horário do certame é das 19.00 H às 00.00 H à sexta e das 12.00H às 00.00H ao sábado e domingo, e na guia de recebimento e/ou fatura, deverá ser discriminado o número de bilhetes vendidos; 9. Que seja fixado o valor de 1,50 €, para o ingresso de entrada no certame, nos dias da semana de sexta a domingo; 10. Que seja efetuado um desconto de 50% do valor do ingresso aos

portadores do cartão RM Jovem, Cartão 65 e Cartão de Estudante (dos estabelecimentos de ensino da cidade de Rio Maior; 11. Autorizar, à semelhança do ano anterior, a disponibilização do valor de 1.250,00 €, (mil duzentos e cinquenta euros) para fundo de caixa da Bilheteira, sendo o mesmo emitido à ordem da(s) coordenadora(s) nomeadas para o posto de cobrança. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V - PROTOCOLO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA (ABAE) – PROGRAMA ECO-ESCOLAS – ANO LETIVO 2016/2017.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a celebração de Protocolo de parceria entre a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) – Programa Eco – Escolas e o Município, assim como, autorizar a realização de despesa no valor de €280,00 relativo ao pagamento da inscrição das escolas no referido programa. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Considerou uma boa iniciativa o município acautelar o pagamento destas taxas e destas inscrições e congratulou-se com a celebração deste protocolo com a ABAE que vai integrar uma estratégia superior de valorização das questões ligadas ao ambiente e à responsabilidade ética, cívica e ecológica dos jovens das escolas e de todos os intervenientes do sistema educativo e que vai interligar-se com a estratégia que a Câmara deverá e está a prosseguir das “smart cities”.-----

----- Dizer ainda que a Câmara deve estar atenta a outras iniciativas de carácter nacional e internacional, outras certificações nacionais e europeias onde a Câmara Municipal pode e deve estar presente com as suas escolas de forma a proporcionar outras experiências de visitaçao e de intercâmbios com outras escolas e com outras fundações e associações a nível nacional e internacional que existem, e que as escolas do nosso Município ainda não estão a integrar.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI - CONCURSO PÚBLICO Nº02/2017/CCE – PARA A AQUISIÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS – CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da proposta e informação emitidos: -----

--- Autorizar a abertura de procedimento de concurso público, com publicação de

anúncio no JOUE, com vista à celebração de acordo quadro para a Aquisição de Apólices de Seguros, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 20.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e na al. dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- Autorizar a abertura de procedimento, estabelecendo como preços unitários máximos os previstos no anexo I à informação acima identificada, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Autorizar que o Município, apresente junto da CIMLT o respetivo pedido de contratação; -----

----- Autorizar que o Município delegue no Conselho Intermunicipal da CIMLT e no seu Presidente as competências indicadas na informação supracitada, nos termos mencionados; -----

----- Aprovar as peças de procedimento apresentadas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que pelo facto de ter mais escala se considera que o preço é mais baixo e nesse sentido a Câmara delega este tipo de procedimentos na CIMLT, mas deixava uma sugestão, ou seja não seria possível aos Municípios fazerem uma consulta em paralelo, para que ficasse comprovado que a escala tivera resultado, pois fica-se sempre com essa dúvida. Opinou que uma coisa é contratar os seguros com a CIMLT e com a empresa vencedora, outra coisa seria saber quem paga impostos em Rio Maior, quem tem escritório aberto e muitas vezes estes são afastados deste processo e não se sabe se houve vantagem pública ou não.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que quem há época iniciou esses procedimentos por via da CIMLT provavelmente fez essa comparação com várias empresas. Trata-se de um procedimento com mais de cinco anos e todos os Municípios concordaram em fazer este procedimento em conjunto.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Informou que o estudo fora feito, mas agora não sabia se o mesmo se confirmava e não conseguiam aliviar a realidade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO VII - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM CASAL DA COMEIRA – FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE JOSÉ FERREIRA ROGÉRIO – PROCESSO Nº 24/2017.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e

parecer emitido, certificar que a estrada que divide o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 67 da secção Q, tem como topónimo atribuído Rua Cumeira de Baixo, Freguesia e Concelho de Rio Maior, é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63 da Lei 2110/61 de 19 de agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM SUMARIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES, EM NOME DE SANDRA ISABEL LOPES AZENHA – PROCESSO Nº 28/2017.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Sumarias, da União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, inscrito na matriz sob o artigo 41 da Secção B, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se da sala durante a discussão e votação do Ponto IX por estar impedido de votar. -----

----- **PONTO IX - INSTALAÇÃO DESPORTIVA - COMPLEXO DE TÊNIS E PADEL – DESMOR, EM, SA.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do parecer emitido, e no âmbito do nº 1 da cláusula 8ª do contrato de comodato celebrado a 29 de abril de 2013 entre o Município de Rio Maior e a DESMOR, EM, SA, autorizar à DESMOR, EM, SA a construção de instalação desportiva – Complexo de Ténis e Padel, constituído por 2 campos de Ténis e 1 campo de Padel, nos termos e fundamentos apresentados. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Opinou que esta proposta faz parte da estratégia do Executivo atual e do anterior, de ter na DESMOR um “braço” de atuação e persecução dos objetivos políticos da

prática desportiva que reconhecendo a necessidade de haver alterações no parque edificado e de a área estar com algum perímetro urbano no PDM, ser obrigatório por lei a Câmara deliberar. Salientou toda a confiança que tem nos pareceres técnicos emitidos, sugerindo uma homenagem aos técnicos da Desmor ou à própria empresa, salientando também a sua total disponibilidade para o atenderem enquanto Vereador que não tem pelouro, em qualquer momento e a qualquer hora. Referiu que iria votar favoravelmente, mesmo podendo estar contra a política da autarquia, no que respeita aos equipamentos. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Opinou que as propostas devem ser bem analisadas e a proposta apresentada é referente a uma situação já delegada, só que a DESMOR não pode fazer obras sem autorização da Câmara. Tudo o que agora se diga sobre esta proposta já está ultrapassado, porque está tudo resolvido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador João António Lopes Candoso voltou à sala de reuniões. -----

----- **PONTO X - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com informação dos serviços e nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do POCAL, aprovar a abertura de uma conta bancária na entidade Banco Santander Totta. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI - MEDIÇÃO ACÚSTICA AO ESTABELECIMENTO WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando a impossibilidade de realização da avaliação acústica no prazo que foi fixado em reunião de 27.01.2017, a Câmara Municipal prorrogar o referido prazo até ao próximo dia 03.03.2017, data até à qual deverá ser efetuada a avaliação do ruído ao estabelecimento Wash Rio, Lda. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente

reunião.-----  
----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA** -----

----- Apresentou cumprimentos e a todos os presentes. -----  
----- Começou por manifestar a sua preocupação pela plantação de eucaliptos que está a ser feita do lado do areeiro, no sentido Rio Maior/Marinhas do Sal, questionando se isso é possível e se o município tem que emitir parecer, considerando que aquela zona próxima do complexo desportivo e escolar e também de uma empresa de prestígio do concelho, deveria ser objeto de uma plantação que desse mais beleza natural à zona envolvente.-----

----- Seguidamente reportou-se às árvores espalhadas pela cidade e pensa que as mesmas não são bem tratadas relativamente à forma como são podadas, opinando que mesmo nas zonas novas da cidade as árvores crescem desmedidamente e deu o exemplo dos plátanos junto do Centro de Estágio de Rio Maior que são podados corretamente e assim atingem o tamanho correto. Disse ainda que, contrariamente, o plátano sito na Rua da Nazaré teve um tipo de poda que não foi o mais adequado. Deixou o reparo porque na sua opinião os riomaiorenses gostam de ver a cidade com alguma beleza.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Respondendo ao Senhor João Verde da Costa disse que não colocava em causa o trabalho dos técnicos da Câmara Municipal, nomeadamente do técnico florestal, considerando a competência e o conhecimento que tem nesta matéria, no entanto referiu que iria esclarecer esta questão.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

--- Sobre a plantação de eucaliptos informou que, de momento, não dispunha de dados para dar uma resposta concreta, considerando que em alguns casos, a legislação foi alterada e a Câmara Municipal dá parecer não vinculativo. Para o caso em concreto responderia posteriormente.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que anteriormente existia uma cota para a plantação de eucaliptos e só poderia haver replantação, mas entretanto deixou de haver essa limitação, referindo, tal como dissera o Vereador Lopes Candoso, que essa informação ser-lhe-ia dada posteriormente. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017**

----- Quando eram dezasseis horas e cinquenta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:** \_\_\_\_\_

**A COORDENADORA TÉCNICA:** \_\_\_\_\_